

UNIVERSIDADE
FEDERAL DE
RONDÔNIA

CENTRO
INTERDISCIPLINAR DE
ESTUDO E PESQUISA
DO IMAGINÁRIO
SOCIAL

A FAMÍLIA E A PÓS-MODERNIDADE A PARTIR DE UMA ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE BAUMAN E BOURDIEU

Lindomar Teixeira Luízⁱ

Universidade Oeste Paulista (UNOESTE)

Silvia Aline Silva Ferreiraⁱⁱ

Universidade Oeste Paulista (UNOESTE)

RESUMO

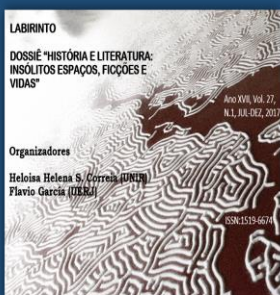
No presente artigo buscamos apresentar elementos conceituais para refletir as especificidades da família contemporânea a partir dos conceitos desenvolvidos por Bauman. Para tanto, demonstramos que as análises sobre a família têm especificidades que impedem a generalização do seu funcionamento sem incorrer em alguns equívocos. Iniciamos o texto com uma lacônica abordagem conceitual sobre modernidade / pós-modernidade, e em seguida - amparados em conceitos de Bourdieu - contrapomos algumas análises de Bauman com reflexões acerca de especificidades do universo de relações intrafamiliares.

Palavras-chave: Família; Pós-modernidade; Habitus familiar; Transformações da família.

ABSTRACT

In this article we seek to present conceptual elements to reflect the particularities of the contemporary family based on the concepts developed by Bauman. In order to do so, we show that family analysis have specificities that prevent the generalization of their functioning without incurring some misunderstandings. We begin the text with a laconic conceptual approach on modernity / postmodernity, and then - based on Bourdieu's concepts - we contrast some analyzes of Bauman with reflections on the distinction of the universe of intrafamilial relations.

Keywords: Family; Postmodernity; Family habitus; Family Transformations.



REVISTA LABIRINTO
ANO XVII
VOLUME 27
(JUL-DEZ)
2017
P. 235-248.

Introdução

Difícilmente alguém afirmaria que não houve profundas transformações na família nas últimas décadas, seja nas relações intrafamiliares, seja na sua configuração mais plural e flexível em muitos aspectos; aliás, é mais conveniente se falar famílias (no plural), uma vez que são inúmeras formas de organização familiar diferentes da do modelo tradicional nuclear, constituída por pais e filhos: famílias monoparentais, homoafetivas (com ou sem filhos), inter-raciais, ampliadas, adotivas e reconstituídas. As referidas transformações da família transcorrem no bojo de alterações presentes na sociedade contemporânea (pós-moderna), visto que o grupo familiar é e sempre foi sensível às transformações decorrentes da sociedade. Inequivocamente é salutar pensar as modificações apresentadas na família a partir das alterações expressas na sociedade, contudo isto pode ser problemático. Ocorre que, muitas reflexões desenvolvidas sobre a sociedade pós-moderna vêm sendo difundidas sem que haja uma visão mais crítica quando se aborda questões relativas à família. Este ensaio tem o objetivo de pensar alguns conceitos desenvolvidos por Zigmunt Bauman (1998; 2006; 2011) a partir de estudos sobre questões do universo da família. A preocupação fulcral é estabelecer uma reflexão crítica de conceitos desenvolvidos por Bauman, procurando

demonstrar que as análises sobre a família têm especificidades que não se pode generalizar sem incorrer em possíveis equívocos.

Num primeiro momento o texto apresenta breves considerações sobre o conceito de sociedade moderna e pós-moderna a partir do sociólogo Zigmunt Bauman (1998; 2003; 2006; 2011). Tendo por base o fundamento de que na sociedade contemporânea nada é feito para durar, procuramos verificar se tal pressuposto pode ser utilizado quando se analisa as questões ligadas à família, ou seja, será que realmente tudo é fugaz na família, como diz o preceito baumaniano?. Num segundo momento buscamos compreender se há, realmente, escolhas livres quando, por exemplo, os pais educam seus 236 filhos. Para tanto, recorreremos a conceitos desenvolvidos por Pierre Bourdieu (1983; 2001; 2003) visando criticar a abordagem de Bauman, asseverando a existência de processos e condicionamentos imperceptíveis ao se educar os filhos. Finalizamos o artigo discutindo a plausibilidade do conceito “identidade palimpsesto” quando se analisa questões de identidade a partir de papéis sociais presentes no grupo familiar. Para viabilizar as reflexões sobre a identidade utilizamos os conceitos de “identidade aberta” e “identidade fechada”, que são articulados com argumentos a partir de um exemplo.

Família: segurança, liberdade e identidade

Um dos principais pensadores que analisa a sociedade contemporânea é o sociólogo Zygmunt Bauman (2001). Sua obra se constitui numa fecunda e complexa análise sobre as transformações da sociedade moderna para pós-moderna ou, para usar sua terminologia, modernidade sólida e líquida. De acordo com Bauman (2001), a modernidade inaugura um processo em que a *segurança* é um valor mais importante que a *liberdade*; ele se utiliza de metáforas para pensar a modernidade e a pós-modernidade (modernidade líquida). Sólida, seria modernidade e líquida, a pós-modernidade. A modernidade se impõe destruindo tudo que estava ligado ao passado, como tradições valores e costumes, para construir outro mundo, onde os seus componentes fossem durar para sempre, isto é,

Os tempos modernos encontravam os sólidos pré-modernos em estado avançado de desintegração; e um dos motivos mais fortes por trás da urgência em derretê-los era o desejo de, por uma vez, descobrir ou inventar sólidos de solidez duradoura... (BAUMAN, 2001 p.10)

Portanto, tudo que era construído tinha a perspectiva de durar para sempre. Temos alguns exemplos. As pessoas não se casavam para se divorciar, independente da qualidade das relações as separações seriam a exceção à regra, ou seja, a vida conjugal era única e para sempre: até que a morte os separe. A teoria acerca da moral em Kant (2010) é outro exemplo dessa característica perene da modernidade, visto que o

autor fundamentou sua teoria moral na razão reflexiva. Parra Kant, em razão da moral ser independente da crença, costume ou contexto sócio histórico, os seres humanos - sendo racionais e livres - podem efetivar práticas de acordo com ela porque estão equipados pelo mesmo instrumento: a razão. Isto torna viável a universalidade da moral, assim como o seu caráter perene, à medida que não apresenta *conteúdos* morais, mas tão somente princípios imutáveis, que se confunde com o aparelho cognitivo humano (razão). Enfim, a modernidade destrói os atributos das sociedades tradicionais para construir elementos duráveis no tempo e no espaço.

A pós-modernidade (ou modernidade **237** líquida) tem outra perspectiva, a saber, tudo é fugaz, tudo é feito para não durar. Para Bauman (2001), a fugacidade do mundo pós-moderno é algo evidente em vários setores e em diferentes fenômenos sociais, como o emprego, os objetos, as relações sociais, os valores etc. Tudo que faz parte da sociedade contemporânea estaria permeado de profundas e incessantes transformações, sendo assim “padrões, códigos e regras a que podíamos nos conformar, que podíamos selecionar como pontos estáveis de orientação e pelos quais podíamos nos deixar depois guiar, que estão cada vez mais em falta” (BAUMAN, 2001, p.14). Portanto, a característica marcante da sociedade contemporânea é sua transformação muito mais acelerada. Diz Bauman (2001):

...o ingrediente crucial da mudança múltipla é a nova mentalidade de “curto prazo”, que substitui a de “longo prazo”. Casamentos “até que a morte nos separe” estão decididamente fora de moda e se tornaram uma raridade: os parceiros não esperam mais viver muito tempo juntos... (BAUMAN, 2001. p.169)

Todavia, esta compreensão é passível de questionamentos. Estudando temas como a família, relações sociais e valores, questionamos se as ideias de Bauman são totalmente plausíveis. Será que estamos vivendo numa sociedade em que nada é para sempre? Tínhamos segurança e não tínhamos liberdade, e atualmente é o contrário? Este princípio não é muito genérico? Onde ele pode ser falho? Trocamos a segurança pela liberdade concernente a questões do universo familiar? Onde está uma excessiva generalização? Enfim, buscamos analisar estas e outras questões tendo como fio condutor as reflexões acerca da família, isto é, fazer um questionamento de algumas reflexões sobre a sociedade contemporânea - defendidos por Bauman - à luz de estudos alicerçados no universo da família.

Este debate se inicia por algo tido como a principal evidência da fugacidade nas relações sociais e, por conseguinte, na família: o aumento de divórcios e a redução da duração média dos casamentos. Segundo os dados do IBGE, o Brasil registrou 341,1 mil divórcios em 2014, ante 130,5 mil registros em 2004, ou seja, é um salto de 161,4% em dez anos. Quanto ao tempo de duração também mudou drasticamente, isto é,

no período entre 1984 e 2014, constatou-se redução na duração dos casamentos, de 19 para 15 anos. O próprio Bauman, aponta que na década de 1990 a duração média dos casamentos era de 7 anos e 10 anos depois tinha caído para 18 meses (TAILLE, 2009). Ou seja, “O conhecimento que se amplia juntamente com a série de eventos amorosos é o conhecimento do “amor” como episódios intensos, curtos e impactantes, desencadeados pela consciência *a priori* de sua fragilidade e curta duração” (BAUMAN, 2003, p.20)

Podemos dizer que a frequência das separações, bem como o tempo muito curto dos casamentos, apresenta a família como uma instituição tão insegura e fugaz quanto outros 238 inúmeros fenômenos da sociedade pós-moderna. É como se os números atinentes aos divórcios e curtos casamentos falassem por si só, elucidando que a insegurança dá lugar à liberdade, ao contrário do que ocorria no passado. Ocorre que as coisas são mais complexas, senão vejamos.

Para aceitar a tese da visão pós-moderna temos que admitir que a consequência dos divórcios fosse o *não casamento* pelos divorciados, mas isso *não acontece*, isto é, ainda continua tendo muitos casamentos após os divórcios e continua o desejo de estabilidade nas relações conjugais (SINGLY, 2007). Se antes, a perenidade dos casamentos e da família nuclear estavam à reboque do *respeito em si* ao casamento ou para se assegurar a *imagem* da família idealizada perante a sociedade, na

sociedade atual a manutenção tanto da família quanto do casamento está ligada à qualidade da relação entre os seus membros. Nas palavras de Singly (2007):

Assim como o enunciado de Bauman, segundo o qual “o mundo moderno líquido (que) abomina tudo que é sólido e durável” (p.43), não tem fundamento empírico. A valorização de uma certa fluidez, de uma certa flexibilidade e do princípio da eleição não tem por consequência a desvalorização da durabilidade e da solidez. Estas duas também são desejadas pela grande maioria dos indivíduos, com a condição de que a sua existência não esteja atrelada à institucionalização matrimonial, mas que elas sejam reflexo da qualidade relacional” (SINGLY, 2007, p. 175).

Quando se fala em “relações líquidas” (Bauman, 2003) pressupõe-se a ideia, *por um lado*, de uma profunda *ruptura* nas relações, mas não é isto o que acontece, ou seja, preserva-se e persiste o desejo de *estabilidade* e de *fidelidade*, mas agora há uma valorização também na qualidade das relações entre os cônjuges. Assim,

Muitas pessoas pensam erroneamente que o aumento no número de divórcios significa a desvalorização da instituição família... só que se divorcia para casar de novo busca relações que lhes deem mais satisfação porque gostam da vida familiar (BILAC *Apud* BARBIERI, 2007, p. 36).

É patente que existe uma *incorporação* (voltaremos a usar este termo) entre o individualismo e a vida familiar, “não há ruptura entre o ideal do indivíduo e a ideia de família: as pessoas conseguem ter seu espaço, mesmo numa intensa convivência familiar...” (GOLDENBERG, *Apud* BARBIERI, 2007, p. 38).

Por outro lado, a própria instituição família não teria mais espaço na sociedade pós-moderna à medida que os laços entre os indivíduos são frágeis e fugazes como os objetos de consumo. “Laços e parcerias tendem a ser vistos e tratados como coisas destinadas a serem *consumidas*, e não produzidas; estão sujeitas aos mesmos critérios de avaliação de todos os outros objetos de consumo” (BAUMAN, 2001, p.187). Quando se analisa a precariedade dos laços entre os indivíduos, com um enfoque à família, temos uma *imprecisa generalização* de acordo com a visão aventada acima. Contudo, há evidências de que é o contrário que esteja acontecendo: o processo de transformação inerente à sociedade contemporânea acaba fortalecendo as relações do universo privado, visto que é através da família onde se encontra o “desejo de maior segurança, diante das incertezas da vida pública” (MEZAN *apud* MOTA, 2007, p.16). O filósofo francês Luc Ferry (2010) chancela também a visão de que há um fortalecimento dos laços familiares com a sociedade pós-moderna (sociedade globalizada), ou seja, “não estamos vivendo apenas o advento da globalização liberal, mas também o da família moderna, fundada no amor e na consagração da pessoa” ⁱⁱⁱ(FERRY, 2010, p.32).

Há outro itinerário pelo qual podemos pensar a família e a pós-modernidade: a educação dos filhos. Com base na visão de Bauman (2001), nas sociedades modernas tínhamos (os pais) certeza de estarmos educando

os filhos de forma correta, uma vez que nosso parâmetro estava alicerçado nos costumes e tradições de épocas pretéritas. Assim, se a educação no passado era rígida e autoritária, as práticas educacionais do presente deveriam seguir esta tendência. Por exemplo, se meus pais me educaram de forma conservadora do ponto de vista moral, farei a mesma coisa com os meus filhos; se utilizaram da violência no processo educativo, repetirei esta prática; se meu pai for machista ao extremo, incorporo e reproduzo tal valor. Enfim, ressaltamos que na sociedade moderna as atribuições de pai, mãe, filho, esposa, esposo etc vinham prontas e havia poucas possibilidades para se fazer algo diferente ao modelo imposto. É como se o “pacote” viesse pronto, não tínhamos a *liberdade* de propor algo diferente, contudo tínhamos a *certeza* da tradição, que confiscava a liberdade.

Desta forma, na sociedade pós-moderna não há mais pontos fixos norteadores para os quais os indivíduos devem basear a educação dos filhos. Se antes, na modernidade, a segurança se pautava na tradição, uma vez que as respostas para a vida em família estavam prontas: *faz-se* o que os antepassados *faziam* e segue a vida, sem se preocupar. Agora não teríamos mais estas respostas, porque que nada é para sempre, é como se tivéssemos que começar do *marco zero*, temos a difícil e responsável missão de decidirmos tudo, com toda a liberdade. Sob esta ótica, diz Aquino & Sayão (2007):

Nossos antecessores tinham a guarida de um mundo mais ou menos uniforme. Restava apenas aceitar ou recusar aqueles modelos dados de antemão. Hoje, ao contrário, temos um mundo à la carte, ou que se mostra desta maneira. Só que, em nome de tal liberdade de cada um precisamos construir nossos relacionamentos do zero, **a educação dos filhos do zero** (Grifo nosso)... AQUINO & SAYÃO, p. 53, 2007)

Ocorre que as questões são mais complexas e que a tese citada acima é unilateral, isto é, não há dúvida que escolhemos mais que os nossos pais, contudo *reproduzimos muito* o mundo deles. “Não houve nos últimos tempos mutação genética no seio da humanidade, e é pouco provável que nossos filhos tenham sutilmente se tornado tão diferentes de nós...” (FERRY, 2010, p. 15)

Será mesmo verdade que na sociedade contemporânea não há mais balizas norteadoras para se educar filhos? Não vemos totalmente sustentável tal afirmação. Se hoje nossas escolhas são individuais, elas não fazem menção ao passado para que ocorra a educação dos filhos? A essência deste argumento é que há uma *incorporação*^{iv} entre liberdade do *individualismo pós-moderno* com os *parâmetros do passado*. Desenvolvemos melhor este argumento a seguir, apoiando-nos em conceitos do sociólogo Pierre Bourdieu (1983; 2001; 2003).

Quando se analisa a educação dos filhos pelos pais, uma ideia nos parece irrefutável: os pais não sabem, precisamente, qual educação eles estão efetivamente transmitindo para os seus filhos. É muito fácil e simplista dizer que a

família educa seu filho desta ou daquela forma, mas a tarefa da educação se dá também de forma inconsciente, com um gesto, um olhar, um tom de voz, um silêncio, uma bronca... Existem atributos imperceptíveis no processo de educação, ou seja, não temos consciência que estamos às vezes transmitindo padrões de comportamento, preconceitos, estilos de vida, costumes que às vezes, conscientemente, negamos. Asseveramos que não partimos de escolhas individuais, nós estamos mergulhados num complexo mundo com valores, símbolos e costumes que reproduzimos sem muita consciência. O sociólogo francês Pierre Bourdieu (1983; 2001; 2003) criou inúmeros conceitos que podem ser utilizados ao analisarmos - numa perspectiva sociológica - a dimensão subjetiva (que pode ser externada de forma inconsciente) das práticas sociais. Um conceito crucial de sua sociologia é o *habitus*, que tem o propósito de pensar a dimensão subjetiva sem cair no subjetivismo a-social, ou o contrário, analisar fenômenos sociais contemplando a sua dimensão subjetiva. De forma bem sucinta, segundo Bourdieu, por um lado, a sociedade está dividida em *campos*, que são espaços sociais em onde há disputas por objetos específicos. Nestes espaços há valores, regras, conhecimento, determinadas condutas dos agentes, uma história específica do campo: temos o campo político, da economia, da moda, da publicidade etc. Por outro lado, os agentes que fazem parte do campo *incorporam* os atributos (valores, regras, conhecimentos etc)

do campo, construindo um *habitus* específico do campo. É como se as características do campo fossem internalizadas pelos agentes, que com o transcorrer de suas vivências no campo, eles moldam suas subjetividades a partir do referido campo. Essa subjetividade construída no campo (*habitus*) nem sempre ocorre de forma consciente. Portanto, o *habitus* é

...então concebido como um sistema de esquemas individuais, socialmente constituído de disposições estruturadas (no social) e estruturantes (nas mentes), adquirido nas e pelas experiências práticas (em condições sociais específicas de existência), constantemente orientado para funções e ações do agir cotidiano. Pensar a relação entre indivíduo e sociedade com base na categoria *habitus* implica afirmar que o individual, o pessoal e o subjetivo são simultaneamente sociais e coletivamente orquestrados. O *habitus* é uma subjetividade socializada (Setton, 2002, p.63)

241

É como se os elementos do campo estivessem dentro dos indivíduos: valores, conhecimentos, percepções, esquemas mentais, ou no próprio corpo com suas expressões. Para Bourdieu, segundo Lima (1998):

a estruturação do *habitus* começa na primeira infância, época em que surge o *habitus* primário adquirido na família. Durante esse período, as manifestações de necessidades dessa família são organizadas de acordo com suas condições de existência, as quais vão se manifestar através de proibições, lições de moral, gostos e modos de vida familiares. As aquisições e disposições a agir, embora inconsciente, são desde a infância influenciadas por essas manifestações familiares. Segundo Bourdieu, o *habitus* primário vai estar na constituição de *habitus* posteriores e comandar a estruturação de novos *habitus* produzidos em outras instancias além da família (LIMA, 1998, p.170).

O *habitus* não apenas reproduz o campo (num certo sentido ele contribui produzir o campo), mas, com base nele, também *cria* novos atributos, ou seja, “Bourdieu afirma que os agentes têm uma apreensão ativa do mundo social, constroem suas visões de mundo, porém essa construção sempre acontece sob pressões estruturais” (LIMA, 1998, p. 172). Nesse sentido, podemos falar num *campo familiar*, onde cada membro da família compõe os agentes daquele campo, fazendo com que haja semelhanças em termos de *habitus familiar*. No processo de educação dos filhos, esses, juntamente com os seus pais, constroem um *habitus familiar* inerente ao campo familiar o qual vivenciam, isto é, todo um complexo de valores, costumes e conhecimentos presentes na família vão sendo incorporados pelos filhos, este é o *habitus primário*, que às vezes se expressa forma consciente, às vezes não. Diz Singly (2007):

Graças à leitura de Pierre Bourdieu, percebemos melhor como a família moderna se parece, apesar de tudo, com a família antiga nos seus objetivos. Tanto uma quanto a outra tem por função contribuir para a reprodução biológica e social da sociedade (SINGLY, 2007, p.49)

Convém lembrar que em nossa sociedade não é somente as famílias que educam seus filhos, outras instituições sociais como a escola e os meios de comunicação social tem significativa importância nesse processo. Contudo, a família é um grupo social central para a realização da

aprendizagem, uma vez que a aprendizagem se efetiva com fortes gradações de afeto, assim como pela imitação dos filhos junto àqueles que os cuidam. Esta primeira fase de aprendizagem chamamos de socialização primária, “que é a primeira socialização que o indivíduo experimenta na infância, e em virtude da qual torna-se membro da sociedade” (BERGER & LUCKMANN, 1991, p. 175). Nesta socialização, a aprendizagem não transcorre apenas pela *dimensão cognitiva*, ela também implica a formação da identidade da criança através dos processos de identificação. Portanto, o *habitus familiar* contempla a dimensão afetiva da aprendizagem juntamente com o referido processo de identificação.

242

Isto posto, agora temos elementos consistentes para refutar a ideia, pós-moderna, de que *somente* há diversas escolhas para se educar os filhos. Ocorre que reproduzimos sem muita consciência, os valores, costumes, regras, conhecimento, que contribuem para a manutenção de certas *estruturas socioculturais*, porém o fazemos por meio do *habitus familiar*, que nada mais é do que a estrutura *sociocultural familiar* incorporada pelos seus membros. Portanto, o *habitus familiar* está profundamente ligado à dimensão sociocultural presente na família, uma vez construído o *habitus* ele se torna relativamente autônoma em relação à dimensão externa. Por isso, não é admissível que haja *somente* um leque diverso de opções onde o indivíduo conscientemente escolhe como quer

educar os seus filhos. Na verdade, somos profundamente condicionados por estruturas invisíveis que se incrustam em nossa subjetividade por meio do *habitus*. Entretanto, como apresentamos anteriormente, o *habitus* também cria, também inova: o *habitus* familiar *reproduz e incorpora* elementos novos. Um dado que chama a atenção sobre a visão pós-moderna, que enaltece liberdade em detrimento da segurança, é o preconceito. Será que o indivíduo escolhe ser preconceituoso? A sociedade é racista, homofóbica, machista, ateufóbica etc. Tudo isto é fruto de escolhas? Como quando compramos algo no shopping? Claro que não! Há estruturas invisíveis acerca do racismo, homofobia, machismo etc., que são incorporadas e reproduzidas por meio do *habitus*, ou seja, o preconceito está dentro do indivíduo e nem sempre de forma consciente. Um exemplo. É comum o indivíduo que se diz sem preconceito contra a comunidade LGBT, se enganar. É possível que ele expresse este preconceito de forma tácita. Como? Ele se diz não preconceituoso, mas quando presencia dois rapazes gays se beijando diz: “Eu não tenho preconceito, mas é estranho”. Ou concernente aos racistas. Segundo a antropóloga Moritz Schwarcz (2010) 97% dos entrevistados de sua pesquisa não se consideravam racistas, em contrapartida 98% conheciam pessoas que expressavam algum tipo de discriminação racial. Ou seja, é possível que muitas pessoas não tenham consciência que determinadas práticas

denotem discriminação racial: o preconceito é mais forte quando é invisível. Portanto, ao contrário da tese pós-moderna, onde tudo é fruto da liberdade e escolha, entendemos que há *estruturas socioculturais* marcantes que nos condicionam, porém, de forma quase sempre inconsciente.

O argumento apresentado acima pode ter como foco de outra crítica: a questão da identidade. Para Bauman (1998) a fluidez e a incerteza - inerentes à sociedade pós-moderna - tem outra consequência, a saber, a existência de *identidades líquidas* e não sólidas, isto é, identidades sempre vulneráveis na sua existência permanente. Nas suas palavras: “O mundo pós-moderno está se preparando para a vida sob a 243 condição de incerteza, que é permanente e irreduzível” (BAUMAN, 1998. p. 32). A identidade é fruto de um gradual e persistente processo, demandando para tanto a presença permanente de valores e atributos. Ora, se a sociedade contemporânea não se fixa em nada, tudo é fugaz, fragmentado e se hipervaloriza o presente, como se construir identidades? Bauman (1998) diz que as identidades existem, mas com características desta sociedade, isto é, identidades provisórias e não definitivas; é como se ela iniciasse sempre, por ter um curto período de existência em um “novo começo”. Diz Bauman (1998):

Em vez de construir sua identidade, gradual e pacientemente, como se constrói uma casa - mediante a dição de tetos, soalhos, aposentos, ou de corredores -, uma série de

“novos começos”, que se experimentam como formas instantaneamente agrupadas mas facilmente demolidas, pintadas umas sobre as outras: uma *identidade palimpsesto*. Essa é a identidade que se ajusta ao mundo... (BAUMAN, 1998, p. 36)

O conceito “identidade palimpsesto” é bastante elucidativo para denotar um tipo de identidade que pode se transformar e se adaptar a novas características e conteúdos. Palimpsesto, segundo o dicionário Aurélio, é o “Manuscrito em pergaminho que, após ser raspado e polido, era novamente aproveitado para a escrita de outros textos (prática usual na Idade Média)”.

Será que este tipo de identidade - identidade palimpsesto - está presente na família? A identidade de pai, mãe, filho (a), irmão (a), avô e avó são cambiantes como sugere a metáfora de Bauman: identidade palimpsesto? Argumentamos anteriormente sobre o fato de que a segurança da família procura, num certo sentido, responder a insegurança do mundo público. Portanto, sob esta ótica é plausível pensar em “identidades seguras” no âmbito da família, uma vez que não existe ex-pais, ex-filhos, ex-avós etc, ou seja, as identidades construídas na esfera privada devem durar a vida inteira. “Tanto para os homens quanto para as mulheres, o filho cristaliza o principal polo afetivo e consagra as fundações do recurso **identitário** (Grifo nosso) mais intensamente investido” (AVEL, 2000, p.38). Mesmo havendo alta incidência de divórcios não há evidência que isto tenha repercussão na dimensão identitária, até por que quem se separa são os *cônjuges* e não

os *pais*, isto é, seja por vontade própria, seja por imposição do Estado, os pais devem se “unir” para criar os filhos. “O Estado procura fazer com que homens e mulheres, enquanto pais, sejam obrigados a limitar sua autonomia e conjugar seus esforços para continuar a se ocupar “juntos” de seus filhos comuns” (SINGLY, 2007, p.79).

O argumento acima pode asseverar a total inexistência de identidades cambiantes, como coloca Bauman (1998), contudo sejamos mais cautelosos. Entendemos que as identidades paternas são “identidades abertas” e não “fechadas” como em épocas pretéritas. Iremos novamente evocar o termo *incorporação* para pensar melhor a questão da identidade no seio da família. As identidades construídas no espaço privado são indubitavelmente para sempre, porém elas reproduzem o *habitus familiar*, através de valores e práticas do passado, mas *incorporam* atributos novos. É como se tais identidades “negociassem” os elementos relacionais de sociedades tradicionais com valores individualistas, de nossa sociedade contemporânea. Essas “identidades abertas” refletem a própria característica da família contemporânea: é relacional e individualista (SINGLY, 2010). 244

Sob esta ótica, não se pode falar em “identidade palimpsesto”, também não é admissível afirmar sua total antítese, por isso “identidade aberta” nos parece mais próximo daquilo que vem acontecendo no cotidiano das famílias. Um exemplo pode elucidar a visão

apresentada acima. Segundo Sayão (2011), a tarefa dos pais criarem filhos nos remete inevitavelmente a certas privações, porém o que vem ocorrendo não é bem isto. Nas famílias das classes médias os pais procuram viver de acordo com o mesmo estilo de vida de antes de ter os filhos, ou seja, ao invés de se privarem de certos prazeres com a chegada dos filhos, eles não o fazem. Como? Viajam, vão ao shopping, à praia, à balada etc e levam, com eles, o filho de qualquer idade. Em suas palavras:

Quando vamos fazer alguma coisa – um passeio, por exemplo –, achamos mais normal levar a criança junto do que abdicar de sair. Perdemos, como já afirmei, a ideia de que ter filhos significa abdicar de algumas coisas na vida, ao menos temporariamente (SAYÃO, 2011, p. 21).

Acontece que a visão de Sayão (2011) não consegue perceber que as identidades paternas não são mais “fechadas”, como no passado, mas sim “abertas”: incorporam-se atributos do passado com os do presente. Desta forma, ao assumir a identidade de pai ou mãe, pode-se não abdicar de estilos de vida voltados para os prazeres individualistas; articula-se, portanto, a dimensão relacional com a individualista. Ninguém revoga seu dever de pai ou mãe por almejar compatibilizá-los com prazeres e contentamentos individuais.

Portanto, não é concebível asseverar sobre a existência de “identidade palimpsesto” – como coloca Bauman –, porque não se parte sempre para “novos começos” pois o *habitus*

familiar fornece algumas diretivas. Porém, a “identidade de pais” não é revogada em razão deles não mais se abdicarem integralmente aos filhos, há, desta forma, a construção de identidades paternas híbridas, onde os deveres de pais não necessariamente anulam os prazeres individualistas tão presentes na sociedade pós-moderna.

Considerações Finais

No início deste texto dissemos que - ao contrário da visão pós-moderna - a família, na sociedade contemporânea, preserva uma segurança entre os seus membros, motivo pelo qual este grupo continuaria sendo muito valorizado. Esta ideia precisa ser complementada. Primeiro porque a segurança apresentada pela família é algo ambivalente. Por um lado, esta segurança diz respeito diretamente à convivência entre os seus membros: se deposita confiança, reconhecimento, afeto, dignidade, cuidados etc. Enquanto as relações sociais presentes no espaço público são, quase sempre, estruturadas pelo viés classista (capital social, cultura e econômico): o tratamento do sujeito vai estar à mercê, direta ou indiretamente, do seu poder econômico, isto não acontece com o sujeito quando se relaciona com os membros de sua família, ou seja, independente de poder ou prestígio social, ele é valorizado pela sua família, sente-se seguro nela,

sabe que em tal grupo tem pessoas como quem “pode contar” (SARTI, 2003).

Ademais, a precariedade e dificuldade para sobrevivência material para maioria da população, aliado a quase total ausência do Estado em prover serviços públicos, sobrecarrega e hipervaloriza a presença marcante da família em nossa sociedade. Por outro lado, esta segurança está permeada de idealizações, por que a rigor é uma segurança de “pés de barro”: é constante o medo de perdermos quem amamos em todas as fases de nossas vidas, os filhos temem perder os pais e vice versa; tememos o desemprego, pela família; tememos nossa saúde, pela família; tememos os poucos salários, pela família... Enfim, quem tem com “quem contar”, tem com quem se preocupar. Quem não tem família, não tem mais segurança do que quem a tem? Há também uma idealização na própria relação com os membros da família: não há garantias que realmente teremos alguém, quem não conhece alguma história de negligência e abandona de pais a filhos e vice-versa? Não estamos no controle sobre pessoas pelos quais amamos (e, a rigor, nem de ninguém) por isso há uma idealização muito forte acerca da “segurança” vivenciada no espaço privado; como diria Chico Buarque, “minha filha só na minha imaginação”

Quando discutimos a questão da segurança e liberdade na criação dos filhos ficou uma lacuna, que agora podemos retificar. Falamos que de forma imperceptível recorremos

ao *habitus familiar*, e que este estaria ligado a uma construção a partir das vivências transcorridas no meio familiar. Quanto à liberdade individualista, ficou subentendido que ela estaria próxima de posturas autônomas, isto é questionável. Será que o individualismo, como colocamos anteriormente, expressa autonomia? Ou reproduz valores e práticas de grupos sociais que tem maior poder de influência na sociedade? Egoísmo seria, nesse sentido, mais adequado do que individualismo. O primeiro diz respeito à dependência e influência de outros, enquanto o segundo está próximo de autonomia, isto é, independência em relação ao outro (GIKOVATE, 2011).

Em razão do pequeno espaço no presente **246** artigo, não desenvolvemos inúmeras outras abordagens sobre a temática família e pós-modernidade, contudo entendemos ser relevante apontar um elemento crucial, a saber, o papel da família na reprodução da desigualdade social. Parece que tudo muda, tudo se transforma, segundo a ótica pós-moderna: isso é altamente questionável, como tentamos demonstrar anteriormente. Há, portanto, estruturas que ainda continuam presentes, seja no âmbito do cotidiano, seja na estrutura socioeconômicas da sociedade capitalista. Apontamos que estruturas ligadas a valores, como diversos tipos de preconceito, ainda falam alto e são mais do que evidentes. Ademais, a família ainda é um poderoso mecanismo de reprodução da desigualdade social, haja vista que o capital

econômico, cultural e social está nas mãos de poucas famílias. É como se houvesse uma dinastia concernente ao acesso ao capital. Como, nesse sentido, falar que tudo mudou? Tudo é fugaz? Sejamos mais cautelosos. A riqueza continua altamente concentrada, juntamente com o capital (Econômico, cultural e social) e a família mudou por um lado, mas, por outro, continua firme e forte na manutenção de uma sociedade injusta e desigual.

REFERÊNCIAS

- AVEL, Cyprien. A família ambígua. In: Peixoto, Clarice Ehlers; Singly, François; Cicchelli, Vincenzo (Org.). **Família e individualização**. Rio de Janeiro: FGV, 2000.
- AQUINO, Julio Groppa & SAYÃO. **Família: modos de usar**. 2ª Edição. Campinas –SP: Papirus, 2007.
- BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. Tradução: Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- _____. **O mal estar da pós-modernidade**. Tradução: Mauro G. & Claudia M. G. Revisão Técnica: Luís Carlos F. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.
- _____. **Amor líquido: sobre a fragilidade dos laços humanos**. Tradução Carlos A. Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.
- BARBIERI, Cristiane. Plano de previdência privado. In: **Família brasileira**. Folha de São Paulo, Outubro de 2007.
- BERGER, Peter & LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade**. Petrópolis: Vozes, 1991.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 6ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.
- _____. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.
- _____. **O Poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.
- FERRY, Luc. **Famílias, amo vocês**. Tradução Jorge Bastos. Rio de Janeiro: Objetiva, 2010.
- GIKOVATE, Flávio & JANINE, Ribeiro. **Nossa sorte, nosso norte**. Para onde vamos? Campinas, SP: Papirus 7 mares, 2012.
- KANT, Immanuel. **A metafísica dos costumes**. Tradução: Edson Bini. São Paulo: Folha de São Paulo, 2010
- LA TAILLE, Y. **Formação ética: do tédio ao respeito de si**. Porto Alegre: Artmed, 2009
- LIMA, Rita de Cassia Pereira. A “violência simbólica” de Pierre Bourdieu. In: **Revista Serviço Social e Sociedade**. Nº 57. Ano XIX. Julho de 1998.
- MOTA, Vinicius. Bolsa de valores. In: **Família brasileira**. Folha de São Paulo, Outubro de 2007.
- SARTI, Cyntia. **A família como espelho**. São Paulo: Cortez, 2003.
- SAYÃO, Roseli. Filhos... melhor não tê-los?. In: Aquino, Julio G; Sayão, Roseli; Rizzo, Sérgio; Taille, Yves de la. (Org.) **Família e educação**. Campinas SP: Papirus, 2011.

SETTON, M. da G. J. **A teoria do *habitus* em Pierre Bourdieu: Uma leitura contemporânea.**

Revista Brasileira de Educação, 20, 60-70, 2002.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O Racismo no Brasil.** 2ª ed. São Paulo: Publifolha, 2010.

SINGLY, François. **Sociologia da família contemporânea.** Tradução Claice E. Peixoto. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

Recebido em: 28/12/2017.

Aprovado em: 17/01/2018.

Publicado em: 30/01/2018.

NOTAS

ⁱ Doutor em Serviço Social pela UNESP de Franca –SP. Professor na UNOESTE (Universidade Oeste Paulista – Presidente Prudente - SP) e na UNIFAI (Centro Universitário de Adamantina).

ⁱⁱ Assistente Social, Mestre em Meio Ambiente e Desenvolvimento Regional pela UNOESTE de Presidente Prudente – SP. Docente da UNILINS/SP, UNIFAI/SP e FACON/SP nos cursos de graduação e Pós-Graduação. Consultora em Políticas Públicas.

ⁱⁱⁱ Importante lembrar que é equivocado conceber a família de forma romântica, onde sempre o cuidado, o afeto e a satisfação se imperam. Como se sabe, na família é notório a existência de maus tratos, negligência e violência de vários tipos entre os seus membros. Isso denota que sua valorização não significa se ignorar a existência de conflitos e problemas de diferentes ordens e intensidade.

^{iv} Há uma charge de Caco Galhardo (A família brasileira, Folha de São Paulo, 2007) intitulada “Lembrete”, que ilustra, de forma primorosa e bem humorada, esta incorporação entre o tradicional e o contemporâneo. Trata-se de um diálogo entre mãe e filha, onde a mãe saiu para viajar e deixou um bilhete para a filha com os seguintes dizeres: “Querida Bel. Eu e seu pai tivemos que viajar. Votaremos em duas semanas. Fiz sopa e tem comida congelada no congelador / Se quiser, pode trazer o namorado, ou namorada, sei lá com quem você anda saindo, pra dormir no seu quarto. No teu quarto entendeu? Não quero saber de fronha minha melecada quando voltar. / E vê se te cuida. Também não quero saber de aborto. Se por acaso você engravidar, já disse que pode contar comigo. / E nada de drogas! / Também não é para abusar da bebida. Se chamar os amigos, tem cerveja na geladeira. E não é pra pegar as bebidas do teu pai. Quando voltar, quero tudo em ordem! / E ai se sumir alguma coisa de casa! Da última vez sumiram dois vibradores meus importados da Suécia. / Não esqueça de fazer a lição e rezar o pai nosso antes de dormir / Beijo, sua mãe!”.